

**PROJETO DE LEI N.º \_\_\_\_\_, de 2020**  
**(Do Sr. Túlio Gadelha)**

Altera a Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003,  
para.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. ....

.....

*IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar e a formação de estoques para distribuição em situações de calamidade pública;*

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Programa de Aquisição de Alimentos já prevê a promoção de compras governamentais de alimentos produzidos por agricultores familiares como uma forma de incentivo a esse modelo de produção. Entretanto, momentos de calamidade pública, como o que enfrentamos agora, afetam sobremaneira os pequenos comércios e os pequenos produtores. As medidas de isolamento social afastam esses produtores de seus consumidores mais próximos. É necessário, portanto, reforçar as ações governamentais de incentivo e apoio aos agricultores familiares, sob risco de desestruturarmos toda uma cadeia produtiva que já é frágil por sua natureza.

Nesse sentido, propomos este Projeto de Lei, que altera a Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, para explicitar que a promoção do abastecimento



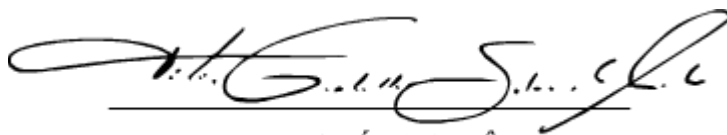
\* C B 2 0 0 4 8 5 2 4 9 2 0 0 \*

alimentar em momentos de calamidade pública, por meio de compras governamentais de alimentos, deve privilegiar os agricultores familiares e a economia de escala local na formação dos estoques necessários à distribuição de alimentos aos que deles necessitarem.

Os cuidados com a saúde e os cuidados com a economia não precisam, nem devem, ser tratados como assuntos distintos. Ao garantir a alimentação a quem quer que seja atingido por uma calamidade pública, seja a atual emergência sanitária vinculada ao covid-19, seja qualquer outra emergência futura, podemos ao mesmo tempo garantir recursos para manter o funcionamento da base econômica de nosso país. Uma administração pública eficiente deve saber atuar em diferentes frentes, sem pôr em risco a saúde física nem a saúde financeira de nosso país e de nosso povo.

Tenho certeza que os nobres pares terão a sensibilidade necessária para entender a relevância do tema e conto com seu apoio.

Sala das Sessões, em                      de março de 2020.



DEPUTADO TÚLIO GADÊLHA  
PDT/PE

